



Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

C. Mun. de P. Bco.
Fla. N.º 16
<i>[Assinatura]</i>
VISTO

PROJETO DE LEI Nº 116/98

Regime de Urgência

MENSAGEM Nº: 115/98

RECEBIDA EM: 10 de dezembro de 1998

Nº DO PROJETO: 116/98

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder a venda, através de Concorrência pública, dos lotes 09 e 10 da quadra nº 131 - situados na Rua Tapajós com a Travessa a Garagem, Bairro Bortot - avaliados em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) terreno da antiga garagem

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO DIA: 10 de dezembro de 1998

VOTAÇÃO NOMINAL - QUORUM 2/3 (dois terços)

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 21 de dezembro de 1998, aprovado com 11 (onze) votos a favor, 01 (um) voto contra e 03 (três) ausências

Votou contra o Vereador Carlos Roberto Gonçalves Lins

Ausentes os Vereadores Amadeu Pereira, Gilmar Luiz Arcari e Orceli Alves Martins

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 22 de dezembro de 1998, aprovado com 12 (doze) votos a favor, 01 (um) voto contra e 02 (duas) ausências

Votou contra o Vereador Carlos Roberto Gonçalves Lins

Ausentes os Vereadores Amadeu Pereira e Gilmar Luiz Arcari

ESTE PROJETO FOI APROVADO EM SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 23 de dezembro de 1998

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 994/98

LEI Nº: 1795

PUBLICADA: Jornal Diário do Povo - Edição nº 1948 do dia 30 de dezembro de 1998

DIÁRIO DO POVO

ANO XII - EDIÇÃO 1948 - PATO BRANCO - QUARTA-FEIRA - 30 DE DEZEMBRO DE 1998

LEI N° 1.795

Data: 23 de dezembro de 1998.

Súmula: Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder a venda, através de Concorrência Pública, dos lotes 09 e 10, da quadra n° 131.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a proceder a alienação por venda, através de Concorrência Pública dos lotes n° 09 e 10 da quadra n° 131, tendo respectivamente as áreas de 5.800,00m² (cinco mil e oitocentos metros quadrados) e 3.000,00m² (três mil metros quadrados), conforme matrículas 22.692 e 22.693 junto ao 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, sitos na Rua Tapajós com a Travessa da Garagem, Bairro Bortot, avaliados no valor global de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 2º - Poderá ainda o Poder Executivo parcelar em 2 pagamentos o valor a ser ofertado pela venda do imóvel recebendo o mínimo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), em moeda corrente do país e facultar ao licitante o pagamento da parcela restante até o dia 15 de agosto de 1999, corrigido pelos valores do soja no mercado.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n° 1.778, de 25 de novembro de 1998 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 23 de dezembro de 1998.

Alceni Guerra - Prefeito Municipal



Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

C. Mun. de P. Bco.
Fla. N.º 124
<i>[Signature]</i>
VISTO

PROJETO DE LEI Nº 116/98

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder a venda, através de Concorrência Pública, dos lotes 09 e 10, da quadra nº 131.

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a proceder a alienação por venda, através de Concorrência Pública dos lotes nº 09 e 10 da quadra nº 131, tendo respectivamente as áreas de 5.800,00m² (cinco mil e oitocentos metros quadrados) e 3.000,00m² (três mil metros quadrados), conforme matrículas 22.692 e 22.693 junto ao 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, sitos na Rua Tapajós com a Travessa da Garagem, Bairro Bortot, avaliados no valor global de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

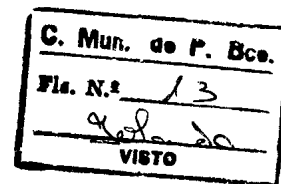
Art. 2º - Poderá ainda o Poder Executivo parcelar em 2 pagamentos o valor a ser ofertado pela venda do imóvel recebendo o mínimo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), em moeda corrente do país e facultar ao licitante o pagamento da parcela restante até o dia 15 de agosto de 1999, corrigido pelos valores do soja no mercado.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 1778, de 25 de novembro de 1998 e demais disposições em contrário.



Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 116/98

O Executivo Municipal, através do Projeto de Lei nº 116/98, solicita autorização legislativa para a proceder a venda, por alienação, através de concorrência pública, do imóvel urbano lotes nº 09 e 10 da quadra nº 131, com área de 5.800,00 m² e 3.000,00 m² situado na Rua Tapajós com Travessa da Garagem, Bairro Bortot, avaliados em R\$ 500.000,00, (quinhentos mil reais).

Considerando que hoje o Brasil vive momentos difíceis, expressados nos recentes pacotes fiscais do Governo Federal, cresce a aflição com o ajuste da indústria à recessão e Pato Branco também é atingido por estes problemas.

Todo o investimento é acima de tudo uma tentativa de viabilizar novos empregos e agregar valores ao mercado e comércio local, é neste sentido que o Executivo Municipal deseja vender o imóvel acima indicado, com o investimento criará novos empregos, bem como é uma forma de agraciar inúmeras famílias com o tão sonhado trabalho.

A matéria é relevante para o desenvolvimento econômico do município, pois visa a promoção do setor produtivo, assim sendo esta relatoria emite **parecer favorável** a sua aprovação, porém apresentará emenda que julga conveniente.

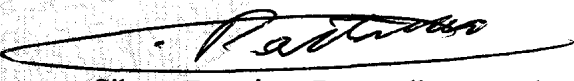
É o nosso parecer SMJ.

Pato Branco, 17 de dezembro de 1998.


Roberto Carlos Chioquetta - Presidente

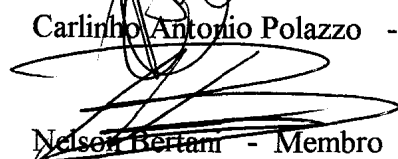

Sueli Terezinha Polli Ostapiv - Membro

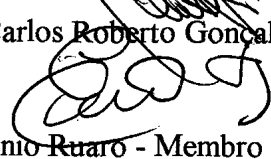

Afonso Ferreira de Almeida - Membro


Cilmar Francisco Pastorello - Membro


Carlinho Antonio Polazzo - Relator


Carlos Roberto Gonçalves Lins - Membro


Nelson Bertam - Membro


Enio Ruaro - Membro

*Copied to
Ao Parec*



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

C. Mun. de P. Bco.
Fla. N.º 12
<i>[Signature]</i>
VISTO

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Pelo Decreto nº 3.385/98 de 13.04.98, do Prefeito Municipal de Pato Branco, Sr. **ALCENI GUERRA**, instituiu a Comissão de Avaliação, integrada pelos Senhores, **Silvio H. Dellesposte Andolfato** - Presidente, **Luiz Antonio Miotti** - Secretário, **Clóvis Alexandre Barvinski**, **Clóvis José Cantú** e **Jucelino Francisco dos Santos Filho**, como membros, para procederem a avaliação dos seguintes imóveis:

Lote nº 09 e 10 da Quadra nº 131, contendo as áreas de 5.800,00m² e área de 3.000,00m², respectivamente, totalizando 8.800,00m², conforme Matrículas nºs 22.692 e 22693 do 1º Ofício Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, avaliados no valor global de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Sob o lote nº 09 constam benfeitorias, que estão incluídas no valor global objeto desta avaliação.

Esta é a avaliação e parecer da Comissão.

Em, 08 de dezembro de 1998.

[Signature]
Silvio H. Dellesposte Andolfato

Presidente

[Signature]
Luiz Antonio Miotti

Secretário

[Signature]
Clóvis Alexandre Barvinski

Membro

[Signature]
Clóvis José Cantú

Membro

[Signature]
Jucelino Francisco dos Santos Filho

Membro

1º OFÍCIO
REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
C.G.C. 77.780.781/0001-09

COMARCA DE PATO BRANCO - PR.
RUA OSVALDO ARANHA, 697

TITULAR:
PEDRO DE SA RIBAS
C.P.F. 005845179-04

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA Nº 22.693

FICHA C. Mun. de P. Branco

001

Fla. Nº 11

RUBRICA

VISTO

18 de abril de 1.990.

IMÓVEL URBANO - Lote nº10(dez) da quadra nº131(cento e trinta e um), sita a rua -- Tapejara, nesta cidade de Pato Branco, contendo a área de 3.000,00m² (TRES MIL METROS QUADRADOS), sem benfeitorias, dentro dos seguintes limites e confrontações: -- NORTE: com o lote nº01 com 30,00m; SUL: com a travessa da garagem com 30,00m; LESTE: com o lote nº09 com 100,00m; OESTE: com a rua Tapejara com 100,00m. As medidas, e confrontações foram fornecidas pelas partes contratantes de acordo com o provimento nº356, capítulo XV, seção III, item 5.1 de 27.07.84 as quais assumiram inteira responsabilidade pelo suprimento. Ref. Mat. 201694 e AV.1-20.694 do livro nº02, deste Ofício.

PROPRIETÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob nº76.995.448/0001-54.

R. 1 - 22.693 - 08.05.91 - Transmitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob nº76.995.448/0001-54. Aquirente: SEC-SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, administração regional no estado do Paraná, com a inscrição no CGC/MF sob nº33.469.164/00054-23, com sede na cidade de Curitiba-Pr. DOAÇÃO: área: 3.000,00m², sem benfeitorias. Público de 08.01.91, L.º 30 fls.065, 2º Tab. local. Valor: Cr\$ 3.000.000,00. O imposto de transmissão inter vivos, foi isento, conforme guia sob nº GR-4-ITBI-049/91 da Agência de Rendas de Pato Branco. Certidão negativa Estadual sob nº09/91. Municipal sob nº19016/91. Distribuição sob nº 18/91. Que a referida doação, foi feita com base na Lei Municipal sob nº 955/90 de 13.08.90, em que no seu art. 2º diz. que: a) feito a doação, terá o donatário o prazo de 02(dois) anos, para a construção. b) Cláusula de inalienabilidade, pelo prazo de 10(dez) anos, com exceção do consentimento expresso do legislativo Municipal e desde que o sucessor continue no mesmo ramo. Art. 3º. No caso de vir a ser dada destinação diversa que a prevista na referida lei, o imóvel revertirá ao doador com todas as benfeitorias, não tendo a beneficiária qualquer direito, a indenização. Art. 4º da mesma forma retornará o imóvel ao município, em caso de inadimplemento do exposto no art. 2º da referida lei perdendo em favor do município o que houver edificado. Obrigam-se as partes pelas demais condições da escritura. - Ref. Mat. 22.693 acima. Dou fé. C. Cr\$ 32.819,51. *E. Soares*

77780781/0001 - 09

ELICE SOARES RIBAS
OFÍCIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
RUA OSVALDO ARANHA, 697
CEP 85584-388
PATO BRANCO - PARANÁ

Ofício de Registro Geral
de Imóveis

ELICE SOARES RIBAS
TITULAR

CERTIFICO, que a presente fotocópia é reprodução fiel da matr. nº 22.693
Pato Branco, 23 de 10 de 1999

R. Quadros
OFICIAL

MATRÍCULA Nº
22.693

SEGUIE NO VERSO



Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

C. Mun. de P. Branco
Fls. N.º 10
<i>Juliano</i>
VISTO

ASSESSORIA JURÍDICA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 116/98

Através do Projeto de Lei em epígrafe, pretende o Executivo Municipal, obter autorização legislativa para proceder a venda, por alienação, através de concorrência pública, do imóvel urbano, lotes nºs 09 e 10, da quadra nº 131, com área respectivas de 5.800,00 m² e 3.000,00 m², situado na Rua Tapajós com a Travessa da Garagem, Bairro Bortot, matriculados sob nºs 22.692 e 22.693, no 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, avaliados no valor global de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Faculta o Projeto em seu artigo 2º, que o Executivo Municipal poderá parcelar em até 2 pagamentos o valor total avaliado, sendo a entrada de R\$ 250.000,00, em moeda corrente do país e o restante até o dia 15 de agosto de 1999, corrigido pelos valores do soja do mercado.

Cumpre destacar, que normalmente não se utiliza como fator de correção o preço de soja do mercado, e sim os índices oficiais adotados pelo Governo Federal.

Para melhor elucidar o assunto em questão, transcreveremos citação doutrinária do saudoso administrativista Prof. Hely Lopes Meirelles, contida em sua obra Direito Municipal Brasileiro, 6ª Edição, pág. 241, que com muita propriedade assim se manifesta:

“(…) Os bens públicos, quaisquer que sejam, podem ser alienados, desde que a Administração satisfaça certas condições prévias para sua transferência ao domínio privado ou a outra entidade pública. O que a lei civil quer dizer é que os bens públicos são inalienáveis enquanto destinados ao uso comum do povo ou a fins administrativos especiais, isto é, enquanto tiverem afetação pública, ou seja, destinação pública específica. **Exemplificando: uma praça pública ou um edifício público não podem ser alienados enquanto tiverem essa destinação, mas qualquer deles poderá ser vendido, doado ou permutado desde o momento em que seja, por lei, desafetado da destinação originária que tinha e traspassado para a categoria de bem dominial, isto é, do patrimônio disponível do Município.**



Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 09
<i>Assinado</i>
LISTO

As formalidades administrativas para a venda de bem municipal imóvel são a autorização legislativa, a avaliação prévia e a concorrência, nos termos da legislação pertinente. **Tratando-se de bem de uso comum do povo ou de uso especial haverá necessidade de desafetação por lei municipal, que poderá ser a mesma que autorize a alienação.**

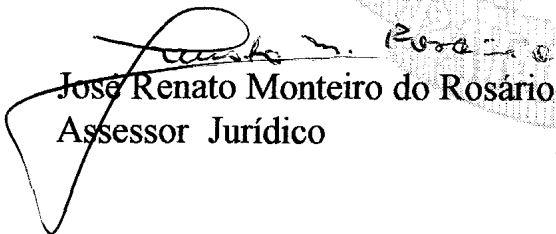
A proposição está acompanhada dos documentos indispensáveis a sua análise, tais como: laudo de avaliação, matrícula do registro imobiliário e planta parcial do imóvel objeto da venda.

Para que o referido imóvel possa ser alienado, necessário que a Comissão de Justiça e Redação, verifique qual a destinação dada ao mesmo, sendo que para torná-lo disponível para venda, deverá ser desafetado do patrimônio público, (inservível, improdutivo e dispensável), mediante autorização legal, o que poderá ser efetivado através de emenda ao Projeto em apreço.

Feitas essas considerações, estando a matéria amparada na norma contida no inciso I do artigo 68 da Lei Orgânica do Município de Pato Branco e no artigo 17 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), concluo em fornecer parecer favorável a sua regimental tramitação, cabendo às Comissões Permanentes à análise sob o enfoque do interesse público.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 15 de dezembro de 1998.


José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

RECEBIDO	
Data 01/12/98	Hora 16h
Assinatura Sueli	
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO	

C. Mun. de P. Bco.
Fle. N.º 08
Selo
VISTO

Exmo. Sr.
AGUSTINHO ROSSI
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Os Vereadores abaixo assinados com fundamento no artigo 176 da Resolução nº 08/90 (Regimento Interno desta Casa de Leis), requerem seja dada tramitação em **Regime de Urgência**, ao Projeto de Lei nº 116/98 que Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder a venda, através de Concorrência pública, dos lotes 09 e 10 da quadra nº 131, originário do Executivo Municipal.

Existem interessados na aquisição dos imóveis principalmente pelo fato de que a área anterior, objeto da Lei nº 1778 de 25 de novembro de 1998, foi acrescido de três mil metros quadrados, ocorrendo ainda nova avaliação.

Portanto é de grande relevância a aprovação do mesmo para que a Administração com esses recursos possa saldar débitos, como aquisição de terrenos para indústrias e outros.

Os investimento feitos com o dinheiro da venda, gerará mais riquezas e empregos a população e considerando que esta Casa, sempre doa terrenos para instalação de indústrias, desta forma justifica-se a venda, pois estaremos atraindo investimento, riquezas e empregos sem doar o terreno e sim vendendo-o.

Outro fator a ser levado em consideração é a proximidade do recesso parlamentar, se faz necessário a aprovação do regime de urgência.

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 10 de dezembro de 1998.

[Handwritten signatures of council members]



Prefeitura Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná
Gabinete do Prefeito

RECEBIDO	
Data	10/12/98 Hora 16h
Assinatura	Sueli
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO	

C. Mun. de P. Br.
Fls. N.º 07
Sela de
VISTO

MENSAGEM Nº 115/98

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Fazemos uso da presente Mensagem para encaminhar à essa Egrégia Câmara Municipal o anexo Projeto de Lei que solicita autorização Legislativa para proceder a venda dos lotes nº 09 e 10 da quadra nº 131, tendo respectivamente as áreas de 3.000,00m² (três mil metros quadrados), e 5.800,00m² (cinco mil e oitocentos metros quadrados), conforme matrículas 22.692 e 22.693 junto ao 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, sitos na Rua Tapajós com a Travessa da Garagem, Bairro Bortot, avaliados no valor global de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Há interessados na aquisição dos imóveis principalmente pelo fato de que a área anterior, objeto da Lei nº 1.778 de 25 de novembro de 1998, foi acrescido 3.000,00m² (três mil metros quadrados), vindo ocorrer nova avaliação.

O Município tem interesse em readequar o estoque de imóveis destinado a alavancar seu progresso procurando fazer a substituição de uns por outros.

Ressalte-se que já temos adquirido nestes dois últimos anos imóveis que tiveram destinação prévia para o incremento da industrialização, objetivo maior desta Administração, para manter-se auto sustentável na geração de renda e empregos, entre outros destacamos os seguintes:

- Área adquirida de Constante Carini para o Parque Industrial, 141.250,98m²;
- Área adquirida de Inelso Zuffo, com 693.457,40m², mais 437.169,00m²;
- Área adquirida de Oradi Francisco Caldato, com 107.291,29m²;

E outras áreas adquiridas destinadas a abrigar Projetos inovadores na área do empreendedorismo e urbanismo dentre as quais citamos:

- Área junto à Igreja Matriz, com 2.230,00m²;
- Área adquirida da CAPEG, com 20.217,00m².

Tendo em vista a iminência do recesso parlamentar, solicitamos que o Projeto de Lei seja apreciado em regime de **urgência**.

Contando com o apoio e aprovação da matéria, antecipamos agradecimentos e firmamo-nos com estima e apreço.

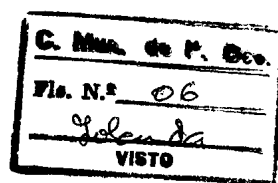
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 08 de dezembro de 1998..


Alcení Guerra
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Pato Branco

*Estado do Paraná
Gabinete do Prefeito*



PROJETO DE LEI Nº 116/98

Súmula: Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder a venda, através de Concorrência Pública, dos lotes 09 e 10, da quadra nº 131.

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a proceder a alienação por venda, através de Concorrência Pública dos lotes nº 09 e 10 da quadra nº 131, tendo respectivamente as áreas de 5.800,00m² (cinco mil e oitocentos metros quadrados) e 3.000,00m² (três mil metros quadrados), conforme matrículas 22.692 e 22.693 junto ao 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, sitos na Rua Tapajós com a Travessa da Garagem, Bairro Bortot, avaliados no valor global de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 2º. Poderá ainda o Poder Executivo parcelar em 2 pagamentos o valor a ser ofertado pela venda do imóvel recebendo o mínimo de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), em moeda corrente do país e facultar ao licitante o pagamento da parcela restante até o dia 15 de agosto de 1999, corrigido pelos valores do soja no mercado.

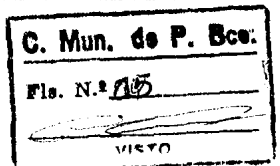
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 1.778, de 25 de novembro de 1998 e demais disposições em contrário.


Alcení Guerra
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ



LAUDO DE AVALIAÇÃO

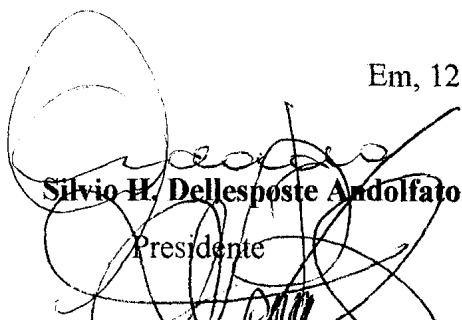
Pelo Decreto nº 3.385/98 de 13.04.98, do Prefeito Municipal de Pato Branco, Sr. **ALCENI GUERRA**, instituiu a Comissão de Avaliação, integrada pelos Senhores, **Silvio H. Dellesposte Andolfato** - Presidente, **Luiz Antonio Miotti** - Secretário, **Clóvis Alexandre Barvinski**, **Clóvis José Cantú** e **Jucelino Francisco dos Santos Filho**, como membros, para procederem a avaliação do seguinte imóvel:

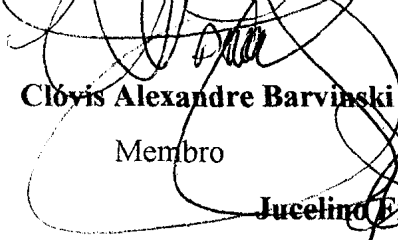
Lote nº 09 da quadra nº 131 com a área de 5.800,00m² - sito à Rua Tapajós com a Travessa da garagem - Bairro Bortot, Reserva Municipal - avaliado em R\$ 203.000,00 (duzentos e tres mil reais).

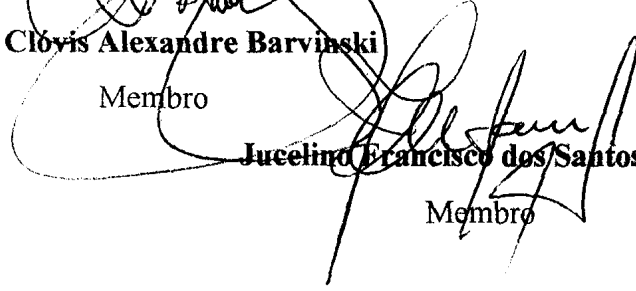
Benfeitorias constituídas de : 01 barracão em alvenaria com 91,53m², telheiro com 1.040,00 m² e predio (administração) em alvenaria com 234,26m²., avaliadas em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Esta é a avaliação e parecer da Comissão.

Em, 12 de agosto de 1998.


Silvio H. Dellesposte Andolfato
Presidente


Clóvis Alexandre Barvinski
Membro


Jucelino Francisco dos Santos Filho
Membro


Luiz Antonio Miotti
Secretário


Clóvis José Cantú
Membro



LAUDO DE AVALIAÇÃO

A pedido da Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - situada na rua Caramuru nº 271 - Centro

1- IMÓVEL:

1.1- Imóvel urbano, com lote nº 09 da quadra nº 131 situado a rua Tapajós, contendo uma área de 5.800m² (cinco mil e oitocentos metros quadrados) com algumas benfeitorias nesta área.

VALOR DO IMÓVEL

1.1 Feito avaliação do imóvel verificou-se que o valor do metro quadrado nesta região é de R\$ 60,00 (sessenta reais) o metro com tais benfeitorias, somando a um total o valor do imóvel de R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais).

obs.: Não nos responsabilizamos pela compra e venda do imóvel

SANDRO CAGOL
CRECI - F 10719

Atenciosamente

Pato Branco, 23 outubro de 1998



M O R E T T I
Imobiliária

C. Mun. de P. Bco.

Fls. N.º 03

VISTO

PARECER COM VALOR DE MERCADO

1. Proprietária: Prefeitura Municipal de Pato Branco, estado do Paraná.

2. Imóvel: Lote urbano nº 09 (nove) da quadra nº 131 (cento e trinta e um) à rua Tapajós esquina com a Travessa da Garagem, com área de 5.800,00 (cinco mil e oitocentos metros quadrados) com 02 (dois) barracões de alvenaria construção rustica e em estado precário de conservação.

3. PARECER: Tomando como referência os valores praticados pelo mercado; a localização do imóvel; a topografia do imóvel, estimamos que o valor do mesmo seja de R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais).

Para que produza os fins e efeitos legais, passamos o presente parecer com valor de mercado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, tudo como de direito.

Pato Branco, 26 de outubro de 1.998

Moretti - Assessoria Imobiliária
S/C. Ltda.

ARCIONE JOÃO MORETTI
GERENTE

ARCIONE JOÃO MORETTI

Corretor de Imóveis - CRECI-PR 4.557
CPF 198.140.419-02

1672540/0001-09

MORETTI ASSESSORIA
IMOBILIÁRIA S/C LTDA.

RUA TAMOIO, 113 APT.º 02 - CENTRO

CEP 85 500

PATO BRANCO

PARANÁ

CRECI-PR Nº 1.530-J

Rua Tamoio, 113 - Caixa Postal, 4 85501-970 Pato Branco - PARANÁ Tele/Fax:DDD (046) 225-3085

PARECER SOBRE VALOR DE MERCADO

Informamos a quem interessar possa, o parecer sobre o valor de mercado do imóvel abaixo conforme segue:

IMÓVEL: " URBANO " sendo, lote nº 09 (NOVE) da quadra 131 (CENTO E TRINTA E UM) situado na Rua TAPAJOS, neste município de Pato Branco, com área de 5.800,00 m² (cinco mil, e oitocentos metros quadrados), sem benfeitorias.

Informamos que o valor total do imóvel acima mencionado no mercado imobiliário está avaliado no valor de R\$. 377.000,00 (trezentos e setenta e sete mil reais) para os últimos 60 (sessenta) dias.

NAO NOS RESPONSABILIZAMOS PELA COMPRA E VENDA DO REFERIDO IMÓVEL.

Pato Branco, 23 de outubro de 1998.

N. MIRANDA & CIA. LTDA.
CRECI - J 2957

1º OFÍCIO
REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
C.G.C. 77.780.781/0001-09

COMARCA DE PATO BRANCO - PR.
RUA OSVALDO ARANHA, 697

TITULAR:
PEDRO DE SA RIBAS
C.P.F. 005845179-04

REGISTRO GERAL

FICHA

C. Mun. de P

Fls. N.º

001

ISTO

RUBRICA

MATRÍCULA Nº 22.692

18 de abril de 1.990.

IMÓVEL URBANO - Lote nº09(nove) da quadra nº131(cento e trinta e um), sita a rua - Tapajós, nesta cidade de Pato Branco, contendo a área de 5.800,00m² (CINCO MIL E OITOCENTOS METROS QUADRADOS), sem benfeitorias, dentro dos seguintes limites e confrontações: NORTE: com os lotes nºs.01 e 08 com 58,00m; SUL: com a travessa da garagem com 58,00m; LESTE: com a rua Tapajós com 100,00m; OESTE: com o lote nº10 com 100,00m. As medidas e confrontações foram fornecidas pelas partes contratantes de acordo com o provimento nº356, capítulo XV, seção III, item 5.1 de 27.07.84 as quais assumiram inteira responsabilidade pelo suprimento. Ref. Mat. 20.694 e AV.1-20.694 do livro nº02, deste Ofício.

PROPRIETÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob nº76.995.448/0001-54.

1.º Ofício do Registro Geral

de Imóveis

PEDRO DE SA RIBAS

TITULAR

Matrícula nº 22.692

18 de abril de 1990

Assinatura de Pedro de Sa Ribas

77.780.781/0001-09

PEDRO DE SA RIBAS

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

RUA OSVALDO ARANHA, 697

CEP 85.500

PATO BRANCO - PARANÁ

SEGUE NO VERSO

22.692